

2.

A Identidade Social das Mulheres

A temática sobre a mulher pode ser abordada sob diferentes aspectos¹. Pesquisas e estudos² deste tema, bem como da família e do cotidiano brasileiro, mostram um questionamento à ideia, historicamente levantada por Gilberto Freyre, acerca da organização da família patriarcal brasileira.

Partimos desses estudos para verificar a importância e as conquistas da mulher, quanto ao seu papel, principalmente em nossa sociedade, palco de grandes lutas e reivindicações por direitos civis, políticos e sociais.

No entanto as mulheres também foram sujeitos dessa história, em um contexto de uma sociedade patriarcal ideologizada pelas classes dominantes, já que ajudaram a construir a sua história, como verificaremos a seguir.

Para entendermos os papéis sociais atribuídos a elas, é importante historicizarmos sobre a inserção das mulheres na organização familiar, estruturada sob os moldes do patriarcalismo, que ditavam as normas vigentes em uma sociedade fortemente marcada pela burguesia.

2.1.

O papel das mulheres na sociedade patriarcal: Submissão ou rebeldia?

Por muitos anos, as mulheres estiveram ausentes ou desfiguradas na história brasileira. Como em qualquer outra parte do mundo, não se fez justiça ao papel que elas desempenharam no desenvolvimento do país. Pouco se sabe de suas vidas, papéis e experiências no passado, e a própria existência de fenômenos como o movimento pelos direitos da mulher no Brasil do século XIX.” (Hahner, 1981, p. 24)

¹ Tanto no âmbito da História, Religião, Antropologia, Biologia, Sociologia, Psicologia, Serviço Social, dentre outros

² Leia-se Eni de Mesquita Sâmará- “A Família Brasileira”-SP. Brasiliense e Mariza Correa “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”.

Não podemos ignorar que o modelo patriarcal sempre serviu de parâmetro para entendermos a história da família brasileira através dos tempos. Mas, sem perder de vista a abordagem histórica de Freyre, podemos situá-la como sendo o início de uma discussão em que vão se assentar todo o entendimento sobre a família patriarcal, rural, escrava e o enfoque na mulher brasileira; e não apenas em um “*modelo ideal dominante, vencedor sobre várias formas alternativas que se propuseram concretamente no decorrer da nossa história.*” (Correa, 1993, p.16). Para esta autora, Gilberto Freyre restringe-se apenas a uma forma de organização familiar: a do senhor, dono do engenho, das mulheres, das filhas, que eram subordinadas a ele, que tudo comandava.

A preocupação da autora é desmistificar o modelo da família patriarcal brasileira, para analisar a organização familiar, ultrapassando os espaços dos engenhos. Segundo ela, “(...) *a tentativa é de relativizar essa imagem dominante na literatura sobre a família no Brasil.*” (Correa, 1993, p.25). E pensar outras formas de organização da família que também participaram da construção da história.³

Em sua obra, Gilberto Freyre enfatiza a mulher brasileira e a caracteriza como “sexo frágil e belo”, diferenciando-a do homem, “sexo forte e nobre”. No regime patriarcal⁴ o universo masculino caracterizou-se pelas relações de mando e autoridade. A organização familiar girava ao seu redor, e a mulher, os filhos e os escravos eram submetidos à sua autoridade. Ao homem sobressaíam a força e a intelectualidade, a autoridade e a racionalidade.

³Levi-Strauss, pensador das idéias estruturalistas (ver conceito mais adiante), conceitua família para definir um grupo social que através do casamento constituído pelo marido, esposa e filhos são unidos por diversos laços, dando uma ideia de que a família está diretamente relacionada ao conceito de parentesco. Ver Lévi-Strauss, C. As estruturas elementares do parentesco. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

⁴“Seguindo a tradição da época em que os portugueses se instalaram no Brasil, a família não se compunha apenas de marido, mulher e filhos. Uma imensa legião de agregados submetidos à autoridade indiscutível que emanava da temida e venerada figura do patriarca. Temida, porque possuía o direito de controlar a vida e a propriedade de sua mulher e filhos; venerada porque o patriarca encarnava, no coração e na mente de seus comandados, todas as virtudes e qualidades possíveis a um ser humano. (...) esse patriarca era o grande senhor rural, proprietário de terras, onde se plantavam as bases da economia brasileira: café, cana-de-açúcar. Era ele que desde os tempos coloniais e imperiais, presidia a única ordem perfeita e íntegra da sociedade brasileira: a organização familiar. Não havia comunidades sólidas, sindicatos, clubes. A família, a grande família patriarcal, ocupava todos esses espaços. (...) **E a família patriarcal era o mundo dos homens por excelência. Crianças e mulheres não passavam de seres insignificantes e amedrontados, cuja maior aspiração era as boas graças do patriarca.** (...) Uma senhora da elite, envolta numa aura de castidade e resignação, devia procriar e obedecer Até meados do século XIX, a casa-grande era o modelo perfeito do fechado mundo patriarcal”. (Samara, 1986, p. 201).

Na sociedade patriarcal, às mulheres destinavam-se à obediência e a procriação. Eram “boas” esposas e “boas” mães, e pertenciam ao espaço doméstico. Através da imagem de fragilidade física da mulher construiu-se que a sua natureza era inferior ao homem. Ela estaria propensa à passividade, à submissão, à docilidade, à meiguice e à clareza dos sentimentos. Deveria ser exemplo da moral e dos bons costumes. Então lhe era negado o direito de estudar ou de manifestar-se socialmente.

A mulher branca da casa-grande desempenhava, via de regra, importante papel no comando e supervisão das atividades que se desenvolviam no lar. A senhora não dirigia apenas o trabalho da escravaria na cozinha, mas também na fiação, na tecelagem, na costura; supervisionava a confecção de rendas e o bordado, a feitura da comida dos escravos, os serviços do pomar e do jardim, o cuidado das crianças e dos animais domésticos. (Saffioti, 1979, p. 170)

O que se mostra evidente na sociedade patriarcal é a construção da diferença entre o homem e a mulher, que reforça os conceitos de dominação e fragilidade, além de evidenciar uma visão moralista em que o homem pertence ao convívio social e ao prazer sexual, no âmbito público. À mulher coube a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos, da educação dos filhos e do poder de mando para com os escravos; funções estritamente femininas e relativas ao âmbito privado. “*A situação da mulher colonial era de extrema opressão social, econômica ou familiar.*” (Júnior *apud* Cerdeira, 2004, p.4).

A idealização da mulher enquanto modelo e imagem da esposa virtuosa, boa mãe e filha dedicada sempre esteve fortemente ligadas ao imaginário da sociedade ocidental.

Mulher amante, filha, irmã, esposa, mãe, avó. Nestas seis palavras existe o que o coração humano encerra de mais doce, de mais puro, de mais estático, de mais sagrado, de mais inefável. (Jornal do Comércio, Desterro, 27 jul, 1891). (Pedro, 2008, p. 281)⁵

⁵ Em 1888, o Jornal do Comércio apontava os “*Dez Mandamentos da Mulher: 1º Amai a vosso marido sobre todas as coisas, 2º Não lhe jureis falso, 3º Preparai-lhe dias de festa, 4º Amai-o mais do que a vosso pai e a vossa mãe, 5º Não o atormenteis com exigências, caprichos e amuos, 6º Não os enganéis, 7º Não lhe subtraiais dinheiro, nem gasteis este com futilidades, 8º Não resmungueis, nem finjais ataques nervosos, 9º Não desejeis mais do que um próximo e que este seja o teu marido e 10º Não exijais luxo e não vos detenhais diante das vitrines. Estes dez mandamentos devem ser lidos pelas mulheres doze vezes por dia, e depois ser bem guardados na caixinha da toilette.*” (Pedro, 2008, p.285)

Ao longo da história, vimos que o papel da maternidade foi construído como inerente à condição feminina, a realização das mulheres e da feminilidade, em meios a renúncias e sacrifícios, ao amor materno, aos cuidados dos filhos, marcadamente responsáveis pelos espaços privados. De alguma maneira a função da maternidade permitiu que as mulheres fossem valorizadas, enquanto figuras maternas, mas no sentido de reprimir qualquer ideia de autonomia.

Para Saffioti (1994), a sociedade não foi dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres submissas e subordinadas do outro. Pelo contrário, há homens que dominam outros homens; mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Segundo ela, o patriarcado “*é um sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, mas não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira*”. (1987, p. 16). Não existe uma visão unilateral do poder. Estudiosos descartam esta visão, pois entendem que as mulheres, apesar de dominadas, encontram maneiras de resistir a esta dominação. E mesmo sendo dominadas, as mulheres constroem estratégias que lhes permitem anular a relação de dominação.

Para Correa (1993, p. 16) o retrato da família brasileira idealizado pelo patriarcalismo, através dos tempos, serve como modelo dominante, e nos leva a ignorar a existência de outras famílias que também fizeram história. Demonstra um modelo que serve para entender a organização familiar da sociedade brasileira, mas não podemos deixar de analisar o quanto este modelo delimitou o papel feminino e o masculino por muito tempo em nossa sociedade. “*As relações entre os sexos e, conseqüentemente, a posição da mulher na família e na sociedade em geral constituem parte de um sistema de dominação mais amplo*.” (Saffioti, 1979, p. 160).

Neste contexto, vamos observar que a historiografia manteve a visão do papel da mulher cujo estereótipo⁶ era aquele do regime patriarcal, da classe dominante, legalmente constituída. Aquelas que não se conjugavam com comportamentos e normas ditadas nessa época e que recusavam o papel de mãe e esposa foram consideradas prostitutas ou concubinas.

⁶ Segundo Silva, “estereótipo pressupõe a existência de um real que é então distorcido, refratado, deformado, (...) pressupõe um confronto com uma realidade da qual o estereótipo seria a reprodução distorcida.” (1998, p. 06).

A Igreja Católica teve participação na construção do modelo de mulher frágil, dependente e submissa; e do homem como mantenedor da família e destinado ao espaço público. Ela reforça os dogmas e as ideologias para assegurar a moral e o matrimônio. As mulheres acabavam aceitando e acreditando nessas ideias à medida que vão educando os seus filhos⁷.

Samara (2006) afirma que, durante o patriarcalismo, houve exagero, na História, ao transmitirem a figura do marido dominador e da mulher submissa.

(...) a organização do sistema colonial desenvolveu aspectos viris na personalidade da mulher que favoreceram o aparecimento de características acentuadas de comando e iniciativa". (Cândido apud Samara, 2006, p. 58).

Para a autora, esta organização demonstra uma participação mais ativa da mulher, embora o seu papel fosse limitado por conta da figura masculina. Alguns estudos sobre as histórias das mulheres as colocavam em posição igual a dos escravos ou de grupos economicamente carentes. Sendo assim, não foi possível analisá-los como se fossem uma só categoria; pelo contrário, cada grupo teve a sua especificidade, um contexto histórico, ou principalmente as próprias mulheres. Embora elas estivessem excluídas da sociedade, elas transitaram entre *"os mais explorados dos trabalhadores, outras achavam-se entre os exploradores."* (Hahner, 1981, p. 18).

Para Hahner (1981), é impossível a exclusão das mulheres do mesmo modo, uma vez que a importância delas estava em *"satisfazer as necessidades masculinas de prazer e procriação. As mulheres são categorias por si próprias."* (1981, p. 18).

Historicamente, pesquisas documentais indicam que, apesar de as relações serem principalmente patriarcais, existiram mulheres que ocupavam a função patriarcal por conta do falecimento do marido, administrando os bens familiares, desconstruindo, assim, o ideal de submissão e fragilidade da mulher.

⁷*"A ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos. Quando proíbe os filhos de chorar, alegando que homem não chora, e exigem que as filhas se sentem como mocinhas, estão passando aos mais jovens este sistema de ideias que privilegia o homem em prejuízo da mulher."* (Safiotti, 1987, p. 34).

Percebem, portanto, divergências no ideal patriarcal de docilidade e submissão da mulher. Provavelmente, essas situações começaram a afetar os valores tradicionais, embora a autoridade, de modo geral, tivesse permanecido com o marido. (Samara, 1986, p. 62.).

Segundo Samara (2006), as mulheres, no período colonial e escravocrata, lideraram famílias e negócios, devido à ausência masculina, cuidaram de patrimônios e moveram ações nos tribunais, por conta da manutenção da família, o que demonstrava uma contradição nos padrões que afirmavam a sua submissão e restrição no âmbito privado. Uma constatação de que elas estavam distribuídas por todos os grupos e classes sociais e transpuseram os limites de tarefas impostas ao seu sexo⁸ feminino.

(...) as mulheres brancas de elite exerceram papéis de liderança social. Foram fundadoras de negócios, capelas, administradoras de fazendas e líderes políticos locais. (...) longe de ser uma história de clausura e passividade, é uma história onde a mulher desempenha atividades de efetiva significação social. (Dias apud Almeida, 1998, p. 02)

Muitas mulheres tiveram importantes funções de apoio aos seus esposos, muitas vezes assumindo atitudes de mando. “(...) a mulher desta classe era a auxiliar direta do marido na manutenção de seu lugar social.” (Samara, 2006, p. 278).

Quanto ao papel da mulher pobre, na sociedade brasileira, foi de um cotidiano de luta pela sobrevivência. Eram mulheres alforriadas, analfabetas, chefes de famílias, viúvas, que tentavam se manter do artesanato e comércio ambulante e foram excluídas do processo de produção.

A sua presença era ostensiva na cidade, embora institucionalmente informal e socialmente pouco valorizada. O fato de não participarem da história política e administrativa não diminuiu a importância do papel que desempenharam. (Dias, 1984, p. 09).

Estas mulheres ocuparam o espaço público, passaram por humilhações e desconfianças das autoridades (fisco). Elas eram *invisíveis e naturais* à organização colonial, como algo contínuo, fazendo parte do processo de

⁸ Esta realidade foi demonstrada pelos caixeiros viajantes que deixavam registrados por onde passavam. Muitas vezes eram recebidos por mulheres sozinhas!

urbanização que estava em curso. “*As mulheres pobres da cidade concentravam-se, no seu vaivém, em locais mais movimentados, onde podiam oferecer aos estudantes e forasteiros os seus serviços de lavadeiras, cozinheiras, etc.*” (Dias, 1984, p.15). Elas representaram a via contrária dos papéis sociais femininos que estavam postos na sociedade, pelas classes dominantes.

As mulheres eram forçadas a desempenhar, na ausência temporária ou definitiva dos maridos, muitos papéis “masculinos”, entre os quais os que diziam respeito à administração dos bens, incluindo roças e propriedade de criação de gado. (Dias, 1984, p. 34).

Dias (1984) entende que as mulheres que ocupavam papéis informais na sociedade não eram reconhecidas como cidadãs. Não tinham salários nem bens, nem direitos civis, porém, foram mulheres que, pelas circunstâncias, enfrentaram e desafiaram as normas vigentes.

Este excedente de mulheres sós na população não se preenchia a nenhum fator isolado, mas a uma globalidade de aspectos próprios ao sistema social e econômico da sociedade colonial como um todo. Tratava-se antes de tudo de um processo avassalador de multiplicação da pobreza. (Dias, 1984, p. 22).

A chegada da família real ao Brasil, no início do século XIX, trouxe uma grande mudança no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Um intenso processo de urbanização foi instaurado. Alteravam-se as residências, as ruas, a alimentação, os móveis, as vestimentas e, principalmente, os costumes.

Profundas transformações ocorrem, no país, durante esse período. Foram transformações políticas, econômicas e sociais, porque no país deixava de ser colônia para tornar-se Império e depois República. A presença da família real exigiu novas demandas, acarretando novas necessidades de atendimento de serviços. Chegavam ao Brasil comerciantes estrangeiros, por conta da abertura dos portos; imigrantes que vinham fazer negócios ou aqui se instalavam. Além disso, também havia uma grande circulação de navios na cidade.

Neste processo de mudanças, as mulheres pertencentes à elite dominante não mais se mantinham reclusas no espaço doméstico. Elas passaram a frequentar a igreja, as festas, os bailes, aumentaram portanto o seu convívio social, garantindo algum espaço na sociedade. “*A família patriarcal perdia sua*

dimensão rígida, permitindo à mulher desenvolver certo desembaraço de atitudes.” (Samara, 1986, p. 174).

A vida destas mulheres sofreu modificações importantes, porém elas ainda não tinham o direito de estudar. A educação, naquela época, não passava de instruções apenas para mantê-las agradáveis nos eventos sociais. A educação das meninas era atrasada em relação à dos meninos. Este modelo de organização familiar não permitia espaço para que a mulher aprendesse a ler e escrever, por achar que a leitura ser-lhe-ia inútil. Segundo Saffioti, “a educação não chegava a representar um valor social.” (1979, p.187). No período colonial, não havia escolas para meninas e somente através dos conventos é que a mulher poderia ter alguma instrução. Além disso, o homem “(...) *“considerava sua mulher apenas um utensílio de casa, privando-a de educação e de conhecimento do mundo exterior”.*” (Hahner, 1981, p.54).

Analisar a sociedade patriarcalista apenas no interior da organização familiar da elite dominante, da casa grande, é deixarmos de dimensioná-lo no contexto da sociedade brasileira, no qual sempre existiu como o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher. Segundo Safiotti (1987), o patriarcado não foi apenas aquele sistema de dominação delineado pela ideologia machista, mas sim também um sistema de exploração dos grupos desfavorecidos.

Apesar das mudanças que ocorriam no final do séc. XIX, incluindo a abolição da escravatura, as mulheres foram mantidas alheias a elas, pois, como não foram educadas para terem olhar crítico, deixaram-se levar pela ideia de que as mudanças eram obras do poder masculino, senhor do engenho, que não admitia questionamentos.

A abolição da escravatura e a urbanização, seguida pela industrialização, tiveram grande repercussão na organização da família patriarcal. Ressaltamos, entretanto, que as mudanças não ocorreram uniformemente no interior das famílias. A família rural, por exemplo, manteve-se por muito tempo no modelo da família patriarcal, uma vez que todas mudanças trazidas pela industrialização não atingiam a zona rural, em um primeiro momento.

Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões não porque a mulher tivesse passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado profundamente os papéis, no mundo econômico. O trabalho nas

fábricas, nas lojas, nos escritórios rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois sua postura diante do mundo exterior. (Samara, 1986, p. 179).

Os casamentos não eram mais acertados pelos genitores e os filhos já não casavam tão jovens. A mulher começava a sair mais de casa, aumentando o seu convívio social. A estrutura da família foi sendo moldada conforme as mudanças urbano-industriais que foram ocorrendo. Surgia a necessidade da escolarização da mulher, mas com ressalvas; afinal ela permanecia inferior à figura masculina, que continuava sendo o chefe da família exercendo autoridade sobre ela e os filhos. De qualquer maneira, segundo Saffioti (1979, p.108), todas estas alterações trouxeram para a mulher urbana um alargamento dos próprios, horizontes culturais, demonstrando o quanto a posição social da mulher, na sociedade brasileira, sofria redefinições constantes.

Mesmo diante do conservadorismo que ainda imperava, algumas manifestações feministas foram surgindo no âmbito da literatura, no final do século XIX. “*Aos poucos, a mulher sai da domesticidade e integra-se finalmente na sociedade.*” (Cerdeira, 2004, p.7). Nesta época, na sociedade brasileira já havia mulheres que sabiam ler e escrever. “*Foi esse o resultado da urbanização: a mulher burguesa, não menos servil que a senhora de engenho, porém mais culta.*” (Cerdeira, 2004, p. 9).

No contexto brasileiro a medicina higienista também contribuiu para corroborar o papel da mulher na sociedade, principalmente daquelas que eram mães. O movimento higienista surgiu no final do século XIX e início do séc. XX, formado por um grupo de médicos que representou as ideias dominantes vigentes na sociedade brasileira e teve um caráter educativo. O objetivo principal era os cuidados higiênicos, não só com o corpo, mas também com a alimentação, as condições ambientais e o comportamento humano, e visava também atingir as famílias da elite com normas de condutas morais.

Esclarecemos que este movimento não nasceu de uma iniciativa da população em geral, e sim do Estado durante o Império. Enquanto uma espécie de política pública, foi importante do ponto de vista das classes dirigentes, que viam a iminência de proliferação de doenças contagiosas que poderia resultar em desordem social, por conta do crescimento urbano em andamento. As pessoas morriam de pragas e de várias doenças desconhecidas. A principal tarefa deste

movimento era a do discurso sobre educação e higiene, para que se infiltrassem no cotidiano da vida familiar.

Para Maia (1996, p. 01), a medicina higienista surgiu para atender, primeiramente, a camada elitista, e seu objetivo era introduzir normas que afetassem diretamente as relações, a intimidade e o relacionamento do casal, ficando as mulheres responsáveis pela educação dos filhos. E no que diz respeito às casas, foram modificadas, em suas estruturas arquitetônicas, para facilitar o contato entre o meio ambiente e o meio social.

Nesse contexto, a mulher era reconhecida como elemento agregador para a unidade familiar. Houve um sentido ideológico de que as mulheres que eram mães tinham um papel fundamental, pois além de resgatarem a natureza feminina para a maternidade e amamentação, moldavam a natureza dos filhos para que se tornassem bons homens e úteis ao país. Afinal, eles eram o futuro da nação. Convém lembrar que a resignação foi o elemento importante na educação feminina, já que às mulheres coube a aceitação do sofrimento como se este fosse a ela destinado e inerente à sua natureza.

A Igreja Católica foi um exemplo clássico deste conservadorismo e alimentava esta ideologia. Era contra aquelas mulheres que iniciaram a luta a favor de mudanças e as chamava de “*terríveis pecadoras*” (Cerdeira, 2004, p. 7). “(...) *não se conformava em ver a mulher servil, embora medíocre, sendo lentamente substituída por outro tipo de mulher, uma mais mundana, que freqüentava teatros e salões de festas.*” (Fleury apud Cerdeira. 2004, p.8).

Enquanto em países como a França e Inglaterra, desde o século XIX, já aconteciam movimentos a favor de reformas contra os preconceitos em relação à mulher, no Brasil iniciavam-se manifestações feministas somente no início do século XX, antes da I Guerra Mundial.

Estas manifestações feministas tiveram início com a Dra. Bertha Lutz⁹ que retornava de Londres, onde os movimentos estavam em ebulição. (Saffioti, 1979, p.257).

⁹ A autora sinaliza que “na verdade a primeira feminista brasileira foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) que, tendo vivido 28 anos na Europa, partilhava das idéias emancipacionistas lá desenvolvidas.” (Saffioti, p: 257) Escritora, educadora, tradutora, esteve à frente do movimento feminista do país. Ela quando saiu do país, em meado do século XIX, deixou uma nação economicamente dependente do sistema escravagista e atrasada.

Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) foi a maior líder nacional na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras, em especial pela aprovação da legislação que permitiu o direito de votarem e

Por conta da nova conjuntura econômica e social do país: abolição da escravidão e o desenvolvimento da economia cafeeira, em direção à acumulação do capital, percebeu-se no país a necessidade de oferecer à mulher um nível de instrução sem perder de vista as prendas domésticas. “*Não há nessa época, contudo, o desejo de instruir igualmente homens e mulheres, nem tampouco promover uma equiparação dos papéis sociais.*” (Saffioti *apud* Cerdeira, 2004, p.11).

No decorrer do século XX, o processo de urbanização exigiu um novo reordenamento na família e, conseqüentemente, da condição feminina. Esta família submetia-se ao Estado e levantava a bandeira do nacionalismo. Segundo Almeida (1987, p. 02), a família patriarcal não se deu conta desta nova etapa do capitalismo que reclamava modificações nos costumes e padrões através da educação da criança. Ocorreram mudanças na organização familiar e nas distribuições de tarefas para o pai e a mãe nos cuidados e educação dos filhos. Enfim, uma redefinição dos papéis sociais.

Nesta nova família, tendo como pano de fundo o processo da urbanização e o liberalismo, a mulher manteve-se pertencente ao espaço privado, sendo esposa e mãe, porém, reivindicou inserção no espaço público.

A partir de meados do século XIX, sobretudo nas principais cidades do centro-sul, surgiram inúmeros jornais e periódicos dirigidos ao público feminino, muitos organizados e editados por mulheres. (...) Nessa época, buscando negociar com a sociedade um novo lugar para si, a mulher assume definitivamente o papel tradicional de esposa e mãe, que lhe foi atribuído, ao mesmo tempo em que reivindica sua inserção na esfera pública, até então reservada ao domínio masculino. (Maia, 1996, p. 03)

serem votadas. Em 1919, criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Em 1922, Bertha Lutz foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana da Liga das Mulheres Eleitoras, mas somente em 1932, dez anos depois, o então presidente Getúlio Vargas estabeleceu o direito ao voto feminino no Brasil. Em 1936, Bertha Lutz assumiu mandato de deputada federal, marcando sua atuação parlamentar na luta por propostas de mudança na legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, visando as condições mais dignas no mercado de trabalho para esses dois segmentos da população. Disponível em: www.senado.gov.br/agencia. Acesso: 26 junho 2008. Outros grandes nomes femininos fizeram parte da história do movimento feminista, como: Joana Paula Manso de Noronha, editora de jornal, Senhorinha Motta Diniz, dona de jornal, Luiza Regadas e Maria Amélia de Queiroz, envolvidas no movimento abolicionista (que ajudou as mulheres a dar em mais um passo na caminhada de “saída do lar”), Josefina de Azevedo, dona de jornal e Narcisca Amália de Campos e Júlia Lopes de Almeida, romancistas.

Sinalizamos que as mulheres da elite, criadas sob as bases de uma sociedade patriarcal, encontraram mecanismos de resistir à submissão e se colocaram em espaços públicos.

Para muitas mulheres, segundo Perrot, a caridade e a assistência aos pobres eram os únicos mecanismos que elas encontraram para saírem de casa e estarem em lugares que eram proibidos. Estas atividades eram consideradas “*trabalho de amor*” e “*extensão das tarefas domésticas*” (1994, p.2). Então, por estas atividades, não houve rejeição da sociedade, pois a obrigação das mulheres era cuidar dos pobres, uma vez que a figura feminina era maternal e habilidosa no trato com a pobreza. “*As mulheres que realizavam tarefas filantrópicas fora do lar eram mais aceitas do que as que invadiam o domínio masculino dos assuntos públicos.*” (Hahner, 1981, p.77). Importa lembrarmos que a figura feminina era reforçada como sensível e bondosa, preocupada com a ajuda ao próximo, e imbuída de sentimentos solidários; buscava arrecadar fundos para quem necessitasse. Estas ações praticadas por mulheres da elite eram bem quistas e tiveram o apoio masculino, uma vez que “*designavam a combinação de tarefas apropriadas ao feminismo.*” (Simili, 2008, p. 41).

Apesar das dificuldades, lutas e conquistas das mulheres¹⁰, elas sempre se depararam com a oposição e resistência dos homens, que pensavam que “*(...) a profissão principal da mulher ainda era amar e agradar os homens, ser esposa e mãe.*” (Simili, 2008, p.58). Principalmente, no que tange ao voto feminino, os homens argumentavam que as mulheres não deveriam lidar com assuntos públicos.

Entretanto,

As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até às portas do poder. (...) Tentaram também sair daí para terem, finalmente, lugar em toda parte. Sair fisicamente: deambular fora de casa, na rua, para penetrar em lugares proibidos (...). Sair moralmente dos papéis que lhes foram atribuídos, ter opinião, passar da submissão à independência: o que pode acontecer tanto no público como no privado. (Perrot, 1994, p.503)

¹⁰A escolarização, após longa luta, organizada e representada por Berta Lutz; e o sufrágio feminino aprovado, através de um novo código decretado em 24/02/32. Em 1962 foi aprovado o Estatuto da Mulher Casada (Lei/4.121/62) onde a mulher adquiriu capacidade jurídica, ficando autorizada a praticar, por exemplo, atos de comércio.

A saída de casa, através da filantropia, trouxe para as mulheres a oportunidade de modificar a sua “*percepção do mundo*” (Perrot, 1994, p.504) e da esfera a que estavam confinadas, e ganharam espaço. Foi através deste compromisso social que elas, segundo Perrot (1994), exercitaram a liberdade pessoal. Vale a pena ressaltar que o trabalho de tratar, assistir, ensinar constituiu as bases das profissões ditas femininas e que transitaram por muito tempo entre a vocação e o voluntariado; e teve uma grande contribuição por criar “*o embrião de uma consciência de gênero (...). Este cadinho de identidade foi, nos limites do político e do social, do público e do privado, do religioso e do moral, um laboratório de experiências.*” (Perrot, 1994, p.510).

A autora sinaliza que, à medida que a pobreza se transforma em questão social, a intervenção masculina se manifesta urgente na gestão do social, e as mulheres são deixadas de lado, tornando-se apenas auxiliares.

Quando nos deparamos com a diferença construída na sociedade brasileira entre homens e mulheres, observando que eles não ocuparam as mesmas posições, podemos afirmar que as identidades sociais foram construídas pelas classes dominantes. Principalmente quanto às mulheres, esta identidade perpassa pela atribuição e responsabilidades com a família, na educação dos filhos, nos cuidados do lar, visto que lhes foi imputada a obrigação do espaço doméstico. Conforme Saffioti, “*A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre da sua capacidade de ser mãe.*” (1987, p.9).

Segundo a ideologia dominante, as mulheres, *naturalmente*, deveriam ocupar o espaço privado, dada a sua natureza feminina e, principalmente, a sua inferioridade, evidente no aspecto físico. Para Safiotti (1987, p. 13), não há “*fundamentação científica*” que prove esta condição.

O fato é que no decorrer da história foram negadas às mulheres oportunidades de desenvolver as suas potencialidades, por isso foram tão discriminadas sem direitos a igualdades. E muitas mulheres acreditavam que as atribuições lhes imputadas pelas classes dominantes faziam parte da sua natureza feminina, específica da mulher.

2.2.

O Movimento Feminista: Um novo olhar para as mulheres?

Longo foi o período em que as mulheres foram invisíveis e sem espaço na história, assim como outras categorias como os homossexuais, índios, negros, ciganos e crianças. Conforme Perrot (2007), elas também tiveram uma história. Embora tenham ficado na obscuridade, conseguiram romper a ordem estabelecida.¹¹

As mulheres, desde longa tradição, foram consideradas seres inferiores em relação à figura masculina e inscreveram-se na procriação e nos afazeres domésticos.

Do movimento iluminista, as mulheres foram excluídas, já que não tinham direitos (políticos) e vida pública. Para Rousseau, a mulher deveria permanecer sem a educação, pois não deveria igualar-se aos homens, e sim obedecer-lhes e agradecer-lhes.

Toda a educação das mulheres deve ter o homem como ponto de referência. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los enquanto pequenos, cuidar deles quando crescidos, aconselhá-los, tornar-lhes a vida agradável e doce: eis o dever das mulheres em todos os tempos e o que se lhes deve ensinar desde a infância. (Rousseau, s/data, p. 04)

A afirmação acima demonstra as convicções de Rousseau no séc. XVII e um pensamento misógino. Para os iluministas, as emoções, as sensações e os desejos, que são características da figura feminina, as incapacitam de serem racionais¹².

Especialmente na França, os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, inspiradas pelas ideias iluministas, foram levados a termo por um

¹¹ A mulher que trabalhava (fiandeiras, costureiras, ourives, polidoras de metais, amas, criadas domésticas, etc.) na Europa (Inglaterra, França, Prússia, EUA) tornou-se tema de investigação. Elas já estavam no espaço público por sobrevivência, informais e mal remuneradas, consideradas menos produtivas do que os homens, invisíveis e sem história. A partir do advento da industrialização, as mulheres passaram a executar certos tipos de trabalho que iriam ser caracterizados como trabalhos femininos, como por exemplo, telefonista. Ver Scott. Joan W. A Mulher Trabalhadora (1994, p.445).

¹² O Iluminismo foi um movimento cultural que se desenvolveu na Europa (Inglaterra, Holanda, França, etc), entre os séculos XVII e XVIII, e pregava os princípios básicos da igualdade, da liberdade e da cidadania, mas concedidos somente aos homens.

grupo pequeno de mulheres da elite que reivindicaram um olhar sobre elas, educação para o povo e o término da servidão.

A imprensa feminina¹³ caracterizou-se como um canal de visibilidade para as diversas lutas¹⁴ em questão, à procura de uma *identidade pública*. (Käpeli, 1994, p.552)

As mudanças ocorridas e o ritmo acelerado no decorrer de décadas trouxeram profundas transformações para o tema mulher. Observamos que o olhar para o feminino modificou-se, surgindo novas temáticas sobre esta discussão e, assim, novos paradigmas são introduzidos. Para Narvaz e Koller (2006), os movimentos feministas contemporâneos são o reflexo das transformações do feminismo original, predominantemente intelectual branco e de classe média.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, o movimento feminista foi representado por um grupo de brasileiras que demonstraram a insatisfação com os papéis atribuídos às mulheres pelos homens. Enfrentaram a oposição masculina e a frieza de outras mulheres diante das novas ideias e reivindicações, principalmente aquelas referentes aos direitos femininos.

A “preocupação” com a família perpassa por toda a história das mulheres, como já sabemos, e a educação tinha como intenção preservá-la, pois elas eram a base da organização social do país, tendo como missão o papel da esposa, mãe, filha e irmã.

Os movimentos feministas (estruturados na Europa e Estados Unidos)¹⁵, em sua primeira fase na década de 1960, tiveram como objetivo a igualdade de direitos civis, políticos (direito ao voto) e educação, que até então eram prioritariamente reservados aos homens. Foi uma forma de dizerem não à discriminação das mulheres e à dominação imposta pelo patriarcalismo. Segundo Ergas (1994, p.585), estes movimentos tinham alcançado notoriedade, transformando-se no símbolo da afirmação das mulheres.

¹³ Tomou fôlego e proliferou por toda a Europa.

¹⁴ As lutas passaram também pela mudança no vestuário (abaixo o espartilho!), sufrágio feminino, regulamentação da prostituição, o direito à educação superior, o direito ao trabalho. Lembrando que, enquanto as mulheres da classe média reclamavam ao direito do trabalho, as mulheres operárias brigavam contra a exploração do trabalho.

¹⁵ O Movimento Feminista Americano já na década de 60 reivindicou para as mulheres a sua identidade, o direito de votar, estudar em iguais condições e oportunidades, contra os preconceitos, tornando-se, enfim, um grupo com visibilidade. Surgiam os movimentos liberais, radicais, marxista.

Para Soihet (1997, p. 56), os historiadores sociais presumem as mulheres como uma categoria homogênea dada pela sua condição biológica feminina, que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência, como mulher, não se alterou. Esta maneira de analisar esta categoria contribuiu para o movimento dos anos 1970, que favoreceu o questionamento da diferença entre a mulher e o homem. Para ela,

Simone de Beauvoir em sua pioneira obra argumenta que a mulher, ao viver em função do outro, não tem projeto de vida própria, atuando a serviço do patriarcado, sujeitando-se ao protagonista e agenda da história: o homem. (Soihet, 1997, p. 61).

Na segunda fase, o feminismo ressurgiu nas décadas 1960/70, principalmente na França e Estados Unidos, na busca da igualdade contra a opressão masculina e da valorização das diferenças masculinas e femininas. Esta última, normalmente, negligenciada. Houve questionamentos acerca destas diferenças. Diferentes olhares se voltaram para a mulher na tentativa de entender as mudanças que estavam ocorrendo e de levantar reflexões sobre o tema. Nesta fase, o movimento preocupou-se com a construção teórica, e o conceito gênero foi problematizado.

A preocupação dos estudiosos, historiadores, sociólogos, antropólogos, a partir da década 1970¹⁶, na 2ª fase (ou 2ª onda) do feminismo, mostrou novas histórias e trouxe a oportunidade de incluir as mulheres e a discussão de gênero nestes estudos.

A presença feminina no mercado de trabalho e o aumento da luta pela igualdade de direitos e pela liberdade na conquista do espaço público permitiram que a presença do outro fosse descoberta. Neste caso, os excluídos da história — as mulheres que, desde o século XIX, lutavam e reivindicavam o direito à educação, melhores condições de trabalho, o sufrágio feminino¹⁷ e depois pela emancipação.

¹⁶ Entre 70/80, nos EUA, foram aprovados 71 textos legislativos sobre os direitos da mulher. (Ergas, 1994).

¹⁷ O direito de votar das mulheres, no Brasil, foi instituído em 1932, e teve apoio do Presidente Getúlio Vargas. As Sras. Pérola de Queiroz e Bertha Lutz foram as primeiras representantes do parlamento brasileiro.

Somaram-se a essa luta outros canais de participação da mulher, sobretudo na forma dos movimentos por melhores condições de vida que ocupara o espaço social e político a partir da segunda metade da década de 70. Nos âmbitos dos bairros, creches, escolas e, principalmente, nas igrejas, a presença feminina foi marcante, reivindicando condições de saúde, educação, saneamento básico, habitação, além da luta pela anistia. (Matos, 1997, p. 88)

Mesmo em períodos de repressão política na sociedade brasileira, as mulheres se organizaram e atuaram enquanto sujeitos políticos e objetos de estudos, ampliando as análises sobre elas e modificando os paradigmas historicamente construídos. Foi incontestável que a partir da segunda fase do movimento feminista, na efervescência de um contexto de transformação, com protestos e reivindicações, as mulheres, até então excluídas das discussões acadêmicas, tornaram-se visíveis e “entraram em cena” (Matos, 1997, p. 88).

Nesta época foram privilegiadas também as questões em torno do trabalho feminino, especificamente o fabril, em que as mulheres ocuparam o espaço público por mais tempo, para manterem a si próprias e a sua família. *“Nessa produção recente mais significativa, poderes e lutas femininas foram recuperados, mito examinado e estereótipos repensados.”* (Matos, 1997, p.94). Resgataram a atuação feminina no processo histórico como participantes ativas, de maneira que a construção da figura pacífica, ociosa e *confinada* ao espaço do lar foi sendo questionada.

Ressaltamos que, embora o movimento feminista tenha se originado internacionalmente, ele possuiu características bem particulares ou regionais, de acordo com o processo histórico de cada país. *“Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos.”* (Louro, 2007, p.17). A autora salienta que a invisibilidade da mulher já havia sido rompida, e que as mulheres das classes trabalhadoras participavam do espaço público e estavam no mercado de trabalho, exercendo suas atividades para sobreviverem (em fábricas, oficinas e lavouras).

A segunda onda do movimento feminista conduziu a discussão sobre o “pessoal é político”, onde questões do privado foram trazidas para o espaço de discussão política, ou seja, questões de gênero, profissionais, violência, dentre outras.

O Brasil, nesta década¹⁸, mesmo defrontando com momentos de grandes repressões, novos temas sobre a condição feminina foram surgindo (sexualidade, aborto, raça) paralelamente com a questão da cidadania das mulheres. Nesta década, vários estudiosos escreveram sobre este tema de forma, que ajudaram a dar visibilidade a esta categoria, e trouxeram para a discussão abordagens, significados e estudos sobre a mulher: o seu papel na sociedade, na família, no trabalho, nas relações sociais e de poder.

Os movimentos feministas deparam-se com o momento propício para, não só levantar, o debate sobre a questão da exclusão das mulheres, mas também trazer à tona a exclusão e a opressão e dar voz aos loucos, aos prisioneiros, aos doentes.

Nos anos 1980, surgiu o terceiro momento do feminismo,

(...) cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. (Louro, 2007, p.03).

O que estava em questão não era mais os estudos sobre as mulheres e os homens, mas sim sobre as relações de gênero, que passou a ser uma “*categoria relacional e política*” (Scott *apud* Narvaz & Koller, 2006:04), uma construção social, não mais ancorada no determinismo biológico. Foi um pensar sobre a igualdade e a diferença ao mesmo tempo. “*A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual.*” (Scott, 1996, p.01).

Iniciou um movimento no interior da academia para tornar as mulheres objeto e sujeito de estudos, no intuito de oferecer um corpo teórico sobre esta categoria. Verificamos amadurecimento nos estudos sobre as mulheres ao se criar a categoria gênero, pois possibilita um estudo relacional, trabalhando o masculino

¹⁸ Lembremos que o ano de 1975 foi considerado o Ano Internacional da Mulher pela ONU. Vários países aprovaram entre 1970/1980 algumas leis, como por exemplo: “Reino Unido- Lei so Salário Igual (1970) e Lei Sobre a Discriminação Sexual (1975) e a criação da Comissão para a Igualdade de Oportunidade; Lei de proteção no Emprego (1975); Lei dos Processos Matrimoniais e Violência Doméstica (1976). Durante os anos setenta, nos Estados Unidos, o Congresso aprovou 71 textos legislativos, ou seja, 40% de toda a legislação sobre os direitos da mulher promulgada durante este século. (...) a emergência do feminismo como força política parece ter anunciado- e talvez realizado – significativas redefinições dos alinhamentos políticos e dos acordos institucionais tradicionais.” (Ergas, 1994, p.584). A Década da Mulher (75-85) foi celebrada com várias conferências.

e o feminino, deixando de estudá-las apenas como uma categoria independente e isolada do social.

2.2.1.

A profissionalização das mulheres

A educação feminina era incipiente na sociedade brasileira e, durante anos, foi um fato ignorado que resultou na exclusão da mulher do processo educacional. No entanto, via-se a necessidade de instruir as mulheres, uma vez que elas eram responsáveis pela educação dos filhos. Naquele momento surgiu a oportunidade de a mulher exercer a carreira do magistério, sem deixar de lado as obrigações domésticas. Algumas correntes foram contrárias à participação da mulher nesta atividade, por considerá-las despreparadas e pouco desenvolvidas. Todo este movimento marcou o início da profissionalização da mulher.

Em 1827 surgiu a primeira legislação do trabalho com relação às mulheres, porém as escolas ainda permaneceram em um número bastante pequeno, além das professoras serem mal-remuneradas. A escolarização torna-se a luta daquelas mulheres que a viam como um importante mecanismo de reconhecimento dos seus direitos.

As reivindicações feministas passaram pelo direito de serem cidadãs, direito à educação e direito à entrada no mercado de trabalho. As mulheres começaram a aparecer nos espaços públicos e a questionarem o seu papel na sociedade. *“A educação se configura como o grande pilar das reivindicações femininas, passaporte de entrada para a vida pública.”* (Maia, 1996, p. 03).

As novas condições sociais e econômicas do país no pós-anos 30, com Getúlio Vargas no poder, e o impacto dos movimentos feministas favorecem a expansão da educação feminina, embora somente uma pequena parcela, as da elite, pudesse ter acesso à vida acadêmica.

Entretanto,

A meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação intelectual, econômica e social feminina, mas mobilizar eficientemente as mulheres para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e a estabilidade social e política. (...) A tarefa atribuída à

mulher era civilizar, elevar e redimir o mundo, não transformá-lo.
(Besse *apud* Azevedo & Ferreira, 2006, P.02)

As oportunidades educacionais e profissionais representaram uma chance de mulheres modificarem os seus papéis sociais, que lhes foram atribuídos e que foi incorporados no imaginário social. Profundas transformações ocorreram nos padrões de comportamento e nos valores com relação ao papel social das mulheres, embora apenas uma pequena elite se beneficiasse com o intuito de auto-realização e independência econômica através da oportunidade acadêmica.

O cenário do sistema econômico brasileiro transformara-se em uma sociedade urbana e industrial, proporcionando a inserção delas no espaço público. A expansão progressiva do mercado, no país, induziu as mulheres ao mundo do trabalho, remunerado e acabou favorecendo mudanças de hábitos e costumes familiares.

A partir da década de 1930, verificamos um aumento do ingresso de mulheres em todos os níveis escolares, principalmente, nos cursos superiores.

A intenção de implementar um conjunto de políticas sociais, dentre elas o aumento da escolarização e da profissionalização feminina, ganha novos contornos quando ultrapassamos a esfera restrita da educação para pensarmos que todo o aparato social se fez necessário por conta das mudanças socioculturais em curso. Desta forma, qualificavam-se as mulheres para o casamento e a maternidade, para o cuidado com a família, com o lar e com a educação. Então, a mulher teve como função garantir a disciplina, a moral e os bons costumes na sociedade — papel importante dentro das propostas de modernização do país. Desta forma a educação feminina mediou a disciplina e a moral, no sentido de proporcionar às mulheres a tarefa que lhes foi atribuída de educar a sociedade e de promover a ordem social.

Ao mesmo tempo em que difundiu uma nova representação da figura das mulheres, a escolarização desenvolveu a profissionalização para que elas pudessem se inserir na esfera pública, enquanto profissionais¹⁹. As mulheres perceberam que, através da oportunidade da escolarização e da profissionalização, é que poderiam estar no espaço público e, assim, mudar a sua identidade social.

¹⁹ Um bom exemplo disso foi o magistério que se constituiu uma alternativa de educação e trabalho para as mulheres.

Para um grande contingente deste segmento da classe média, a escolarização proporcionada pelas políticas educacionais e institucionalizada, principalmente na era Vargas, foi a responsável pela inserção profissional crescente das mulheres, tanto no mundo acadêmico como no científico. Na medida em que proporcionou em larga escala oportunidades de profissionalização.

Este novo contexto da sociedade brasileira trouxe contribuições para a redefinição dos papéis sociais femininos e a discussão de gênero.

2.3.

Na perspectiva de gênero

Concordamos com Iraíldes (2002, p. 38) quando afirma que as mulheres primeiras-damas não formaram uma categoria social, mas podemos estudá-las a partir do gênero. É no âmbito desta categoria que a identidade e o papel social da mulher foram construídos, ao longo da história, pela ideologia dominante sob o aspecto de servir e doar.

As lutas e as conquistas das mulheres ocuparam novos espaços e mostraram o quanto elas conseguiram sair da invisibilidade, atraindo para si olhares inquietantes de pesquisadores que enxergaram na mulher um novo sujeito e uma nova categoria epistemológica. As mulheres tornaram-se objetos de estudos e tomaram uma nova dimensão de “*explorar as experiências históricas de homens e mulheres cuja identidade foi tão frequentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem.*” (Iraíldes, 2002, p.90).²⁰ Afinal, iniciou-se um processo de visibilidade da mulher em uma sociedade cujo universo sempre foi masculino. “*Revelaram-se novos femininos e masculinos, enfim, outras histórias foram contadas e outras falas recuperadas, abrindo possibilidades para o resgate de múltiplas e ricas experiências*” (Matos, 2006, p.10).

Não há como negar que o feminismo trouxe um repensar do papel da mulher na família, na maternidade, na relação entre o público e o privado, além da discussão e a incorporação do conceito de gênero enquanto categoria de análise e uma nova linguagem. A preocupação estava em não permitir que a categoria

²⁰Dentre vários temas levantados e discutidos, na década de 1970, privilegiou-se o trabalho feminino, especificamente, o trabalho fabril.

gênero fosse analisada de forma autônoma, focalizada, desvinculada de um processo social, cultural, pois corria o risco de um “*grave perigo de um isolamento intelectual*”, conforme inquietações de pesquisadoras francesas.²¹ Ou seja, ao se estudar somente as mulheres, em separado dos homens, poderia se incorrer no risco de deixá-las à margem das discussões que envolviam temas sobre o masculino, uma vez que são temas universais e dominantes na sociedade.

Apresentado como uma tentativa de explicar as desigualdades até então existentes e estabelecidas pela sociedade como a relação binária dos papéis sociais (homens e mulheres), o conceito de gênero veio contrapor e distinguir o uso do termo *sexo*. “Os estudos sobre gênero enfatizam a necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária **masculino** versus **feminino** e a importância de sua historização e desconstrução.” (Scott *apud* Soihet, 1997, p. 64)²².

Foi atribuído à feminista Gayle Rubim a utilização do termo gênero. Para ela, todo indivíduo é bissexualmente orientado ao nascer, sendo o gênero uma construção social e, enquanto tal, o gênero possibilitou uma ruptura nas concepções tratadas no determinismo biológico, caracterizadas por definir papéis rígidos para homens e mulheres.

O termo gênero foi utilizado, primeiramente, pelas feministas americanas e trouxe importante contribuição para a sociedade, deixando de lado a ideia da naturalização e as distinções baseadas no sexo, para discutir com as categorias de classe, raça e etnia.

Segundo Louro,

(...) gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social enquanto sujeito masculino ou feminino. (...) agora não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas, sim, os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos. (1996, p. 9)

²¹Soihet, Rachel. *Historia das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões*. Disponível em: WWW.historia.ufr.br/nec/textos. Acesso: 06 julho 2008.

²² Ver também Judith Butcher. (2003), Guacira Louro (1996), (2007).

Trazer o conceito de gênero à luz da análise representa reconhecer diferenças tanto para a mulher quanto para o homem, não só no aspecto biológico, mas, principalmente no âmbito das relações pessoais e sociais.

Para Scott (1996), a categoria gênero é útil para a história e não especificamente para a história das mulheres, mas também para os homens, nas relações entre homens e mulheres. Para ela, a base do conceito de gênero foi para opor-se ao determinismo biológico, do que é próprio do homem e da mulher, e para pensarmos que eles não devem ser vistos e entendidos separadamente. “(...) *o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder*” (Scott, 1996, p.14). Ela propôs uma abordagem com a intenção de desconstruir a lógica binária e as “verdades” impostas.

Em seus trabalhos, a historiadora analisa que a figura feminina sempre fez parte da história das mulheres, entendida como assunto de mulheres sob o aspecto privado da casa, do movimento feminista, com características mais politizadas, na luta pela igualdade de direitos políticos, sociais e econômicos. Mas, com a discussão de gênero e do uso desta categoria, o horizonte de reflexões e interpretações ampliou-se, incluindo aí homens e mulheres, as variadas conexões e as relações de poder. “*O gênero é uma primeira maneira de dar significado as relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.*” (Scott, 1996, p.16).

Scott considera a abordagem pós-estruturalista²³, cuja contribuição foi a crítica ao binarismo, a mais adequada para se pensar a história da mulher na compreensão das desigualdades de gênero e na participação ao longo da história.

²³“O pós-estruturalismo é uma corrente filosófica e, dentre as suas principais características, estão a relação com a “filosofia da diferença” (rejeição aos pressupostos da filosofia da consciência e da dialética); a superação do estruturalismo e da influência de Hegel no pensamento francês; a forte presença da lingüística; abandono das estruturas gerais de um fenômeno em busca de suas descontinuidades, rupturas e periferias, sem a pretensão de reunir as peças num todo orgânico e coerente formador de sentidos; Para mais detalhes, leia PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença (uma introdução)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. Sua concepção é que não existem as verdades absolutas professadas pelos estruturalistas. “A verdade está no contexto histórico de cada indivíduo”. (Araújo, 2007, p.01).

Para Lévi-Strauss, “o estruturalismo é tudo o que se vê no mundo e que pode ser reduzidos a um sistema de oposição binária, como homem-mulher, dia-noite, quente-frio, cozido-cru etc. Aplicamos o estruturalismo ao sonho, ao conto de fadas, ao mito” *Jornal O Globo*, 15/11/08.

Segundo a autora, foi preciso que se pensasse em teorias que nos levassem às diversidades e pluralidades para que assim se rompessem as teorias uniformes e binárias.

Outra preocupação da autora é o fato de se estudar somente a história da mulher, em separado da história do homem. Uma vez que se pode correr o risco de deixá-la à margem da discussão dos temas sobre os masculinos, que sabemos serem universais e dominantes. O mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens. Não são esferas separadas, por isso é que Scott aponta para a necessidade do estudo das relações de gênero.

Ela sinaliza para o questionamento de como encontrar gênero na história, e como ele e os seus significados foram construídos. E preocupa-se com o fato de a história reproduzir a subordinação das mulheres, reforçando a sua invisibilidade enquanto sujeitos históricos.

Assim como Scott, Saffioti (1994, p.185) acredita que o gênero é uma construção social baseada nas relações sociais, na raça e na classe social. Ela destaca que gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Mas devemos pensar a forma desigual de como são construídas as relações. “*a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumprido pelas diferentes categorias de sexo.*” (Saffioti apud Torres, 2002, p. 53)

É importante estudarmos a categoria gênero nas relações sociais, porque as identidades masculina e a feminina são construídas nas relações sociais, que por sua vez se mantêm em longo processo histórico.

Enquanto nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é empregado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos deste tema. (Matos, 1997, p.97)

A partir de um estudo antropológico feito na comunidade Kabyle²⁴, Bourdieu parte do princípio de que a dominação era exercida com a cumplicidade do dominado, neste caso as mulheres, frágeis, menos capazes e que precisavam de alguém que as protegessem. Estas mulheres aceitavam passivamente o que ele

²⁴Segundo Bourdieu “os Kabiles foram os primeiros habitantes do norte da África, tribos nômades.” (1996, p.29).

denomina de violência simbólica, que por sua vez elimina a resistência, pois o dominado não tem a consciência da sua dominação. O autor, através da leitura que faz nesta comunidade, define o poder e a dominação como universais às sociedades em geral. Nesta linha de pensamento poder-se-ia incorrer na ideia da vitimização da mulher.

Segundo Perrot (2007, p.187), as mulheres exerceram domínio no cotidiano, nos bastidores, escapando da dominação e “*criando elas mesmas o movimento da história*” A autora recusa a idéia de dominação passiva que seja universal. As mulheres encontraram alguma forma de contraporem-se ao poder masculino e à opressão em que viviam.

Para ela (2007), não há um meio de confronto, como dominação/subordinação, e, apesar da dominação masculina, as mulheres atuaram através dos micropoderes, como os poderes maternos, sociais, da sedução, e sobre outras mulheres. Estes exemplos seriam os que ela denomina de contra poderes, uma forma encontrada para se contrapor aos poderes masculinos e à opressão em que viviam. Segundo ela,

(...) o poder é um termo polissêmico, tem no singular uma conotação política, relaciona-se com o Estado e é a expressão do masculino, porém, no plural ele se estilhaça em fragmentos múltiplos equivalentes a influências difusas e periféricas, nas quais as mulheres têm sua grande parcela. (Perrot apud Menezes, 2002, p.68).

O poder está em toda parte, visto ser oriundo de todos os lugares. Inseridas nesse contexto estão as relações de poder, efeitos imediatos das desigualdades presentes nas relações cotidianas que regem as relações humanas, definido para ditar a forma de como devem ser processadas as relações.

Logo, foi o processo de construção dos papéis sociais femininos na sociedade brasileira, com bases na dominação masculina, que legitimou a relação de poder. Porém, embora as mulheres carreguem um fardo desde outrora, por serem ligadas a modelos femininos construídos socialmente,²⁵ não foram de todo submissas; pelo contrário, muitas fizeram história ao romper com a invisibilidade em que se encontravam, para tornarem-se sujeitos de direitos.

²⁵“Eva (pecadora), Maria (modelo de perfeição e bondade) e Maria Madalena (pecadora arrependida)”. Disponível em: WWW.revistamirabilia.com/numeros/Num5/misoginiaeliane.htm. Acesso: 22 março 2008.

De qualquer maneira, em todo o percurso da história das mulheres, encontramos momentos de lutas e reivindicações para saírem da sombra da figura masculina e serem visíveis, atraindo para si mesmas as possibilidades de fomentar estudos e análises, e construindo uma identidade social, a qual não existia.

No próximo capítulo, vamos estudar algumas mulheres, primeiras-damas da realeza, que souberam conquistar espaço de participação político e social.